

A HOMOSSEXUALIDADE E A HOMOPARENTALIDADE EM CENA: NARRATIVAS DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Thais Blankenheim¹, Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2761-1592>

Lisiane Machado de Oliveira Menegotto², Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5670-9332>

Denise Regina Quaresma da Silva^{3 4}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3697-8284>

RESUMO. Este estudo qualitativo objetiva discutir a homossexualidade e a homoparentalidade a partir de narrativas produzidas por 34 professoras atuantes em 17 diferentes escolas de educação infantil do município de Novo Hamburgo (RS). Metodologicamente, histórias narrativas foram usadas como procedimento para acesso a produções imaginativas e, posteriormente, os resultados foram analisados pelo processo de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Esses resultados revelam os dilemas que atravessam a temática, como ideias de preconceito e desaceitação, estigmas remanescentes e a influência da patologização e da normatização relacionadas ao assunto. Embora os dilemas estejam presentes, as participantes abordam os significados de família com uma concepção de amor e diversidade. As narrativas das professoras nos possibilitam questionar a maneira como as temáticas elencadas são tratadas nas escolas. De acordo com essa assertiva, sugerem-se novos estudos que investiguem a forma pela qual essas concepções interferem na prática diária das professoras e professores de nosso país.

Palavras-chave: Homossexualidade; homoparentalidade; educação infantil.

HOMOSEXUALITY AND HOMOPARENTHOOD ON STAGE: NARRATIVES OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHERS

ABSTRACT. This qualitative study aimed to discuss homosexuality and homoparenthood from narratives produced by 34 teachers working in 17 different Early Childhood Schools in the municipality of Novo Hamburgo, state of Rio Grande do Sul. Methodologically, narrative stories were used as a procedure to access imaginative productions, and later the results were evaluated by the content analysis. These results reveal the dilemmas crossing the theme, such as ideas of prejudice and unacceptance, remaining stigmas and the influence of pathologization and standardization related to the subject. Although dilemmas are present, on the other hand, participants approach the meanings of family with a conception of love and diversity. The teachers' narratives allow to question the way the themes listed are treated in schools. According to this statement, new studies are suggested to investigate the way in which these conceptions interfere with the daily practice of teachers in our country.

Keywords: Homosexuality; homoparenthood; early childhood education.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre-RS, Brasil.

² Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, Brasil.

³ Universidade La Salle, Canoas-RS, Brasil.

⁴ E-mail: denisequaresmadasilva@gmail.com



HOMOSEXUALIDADE Y HOMOPARENTE EN EL ESCENARIO: NARRATIVAS DE PROFESORAS DE EDUCACIÓN INFANTIL

RESUMEN. Este estudio cualitativo tiene como objetivo discutir la homosexualidad y la homoparentalidad a partir de narrativas producidas por 34 profesoras que trabajan en 17 diferentes escuelas de Educación Infantil en la ciudad de Novo Hamburgo (RS). Metodológicamente, las historias narrativas se utilizaron como un procedimiento para el acceso a producciones imaginativas y, más tarde, los resultados fueron analizados por el proceso de análisis de contenido (Bardin, 2011). Estos resultados revelan los dilemas que cruzan el tema, tales como ideas de prejuicio y desaceptación, estigmas restantes y la influencia de la patologización y estandarización relacionada con el tema. Aunque los dilemas están presentes, los participantes abordan los significados familiares con una concepción del amor y la diversidad. Las narrativas de las profesoras nos permiten cuestionar la forma en que se tratan los temas enumerados en las escuelas. Según esta afirmación, se sugieren más estudios para investigar la forma en que estas concepciones interfieren en la práctica diaria de los maestros y profesores en nuestro país.

Palabras clave: Homosexualidad; homoparentalidad; educación infantil.

Introdução

Os paradigmas de discussão acerca da sexualidade têm passado por mudanças ao longo dos tempos. Um tema tabu passa a ser um dos mais discutidos na sociedade atual. Isso não significa que a sexualidade deixou de ser uma temática cercada por mitos e preconceitos, que são visíveis, principalmente, quando o debate remete à homossexualidade – que continua sendo vista por algumas pessoas e grupos como um desvio da sexualidade, uma perversão, uma sexualidade ‘anormal’.

Historicamente, por volta de 1870, a homossexualidade começou a ser objeto de análise médica. Desde esse momento, muitas foram as intervenções e os controles na busca por uma sexualidade dita ‘normal’ (Foucault, 1996). A homossexualidade, considerada no meio científico como transtorno, foi categorizada de maneira diferente no Brasil quando, em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) a retirou da condição de transtorno sexual (Araújo & Oliveira, 2008). Nessa mesma perspectiva, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu a resolução CFP nº 001/99 que afirma que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio ou perversão e, junto a isso, coloca diretrizes para nortear a prática dos profissionais, no sentido de eliminar procedimentos que ofereciam a ‘cura’ de alguma orientação sexual que estivesse fora do padrão heterossexual (Conselho Federal De Psicologia [CFP], 1999).

Ainda assim, o preconceito e a repressão em relação aos homossexuais permanecem vigentes em pessoas ou em grupos como, por exemplo, aqueles ligados a algumas religiões fundamentalistas cristãs. Várias reivindicações, choques de opiniões e diversas concepções aparecem no cenário atual. Algumas pessoas apoiam o conservadorismo da normatização e outras clamam pelo direito ao exercício de formas variadas de sexualidade, de paternidade e maternidade. Em relação aos casais homossexuais, essas reivindicações provocam resistência, tanto no campo da sociedade quanto no campo teórico (Perelson, 2006).

Os preconceitos e desaprovações sobre a homossexualidade também recaem sobre o contexto da homoparentalidade. Entendemos a família homoparental como uma das múltiplas configurações familiares com que nos deparamos atualmente, sendo que esta não é uma configuração familiar nova, pois há muito tempo pessoas homossexuais solteiras ou em parceria criam filhos e filhas. No entanto, somente nas últimas décadas é que a nomeação e a visibilidade social começam a ser reconhecidas, a partir do alcance de movimentos sociais (Martinez, 2013).

Um fato ocorrido em relação a essas temáticas no contexto escolar evidencia o quanto algumas questões interferem nas decisões tomadas no Congresso Nacional. Em 2008, quando os Ministérios da Saúde e da Educação lançaram o projeto intitulado *Escola sem Homofobia*, para responder às dificuldades dos professores para lidar com esse assunto, os ataques dos parlamentares da bancada religiosa foram intensos. Em maio de 2011, Dilma Rousseff, presidente da república em exercício, cancelou o projeto – o que obrigou os Ministérios da Saúde e da Educação a suspender todas as atividades relacionadas a ele (Blankenheim, Oliveira-Menegotto, & Quaresma da Silva, 2018).

Além da reflexão sobre a temática dentro das escolas, o contexto estudado nessa pesquisa é o da educação infantil, pela especificidade da primeira infância como período fundamental na construção da subjetividade das crianças. Ademais, reconhecemos a relevância do papel e da função das professoras e professores, que estão diariamente com os/as pequenos/as, numa posição educativa, devendo estar preparadas/os para responder, de modo claro, verdadeiro e objetivo às questões relacionadas ao corpo, ao gênero e à sexualidade. Isso remete ao valor da formação de professores, na medida em que o entendimento sobre esses temas auxilia na isenção de valores pessoais do/a educador/a e pode favorecer o desenvolvimento da autonomia e da emancipação das crianças (Maia & Spaziani, 2010). Nessa assertiva, o objetivo deste estudo é discutir a homossexualidade e a homoparentalidade a partir de narrativas produzidas por professoras de educação infantil.

Procedimentos metodológicos

Este estudo é de caráter qualitativo e de cunho exploratório, e tem como finalidade reunir informações sobre o assunto a ser investigado, possibilitando seu delineamento. As participantes da pesquisa são professoras da rede municipal de educação infantil da cidade de Novo Hamburgo (RS). Participaram 34 professoras que atuam em 17 diferentes escolas de educação infantil do município, pertencentes às regiões Leste, Oeste e Sul. Da região Norte não havia nenhuma representante no momento da coleta de dados, por questões de organização da própria Secretaria Municipal de Educação (SMED). Por razões de sigilo, as professoras serão identificadas com pseudônimos ao longo do texto.

Os critérios de inclusão para a participação eram: 1) ser professora da rede de educação infantil e 2) aceitar participar da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O critério de exclusão seria aplicado caso a professora não concordasse com a assinatura do TCLE. As participantes assinaram o termo e foi garantido o sigilo em relação às suas identidades e demais aspectos éticos. Essa pesquisa teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com inscrição nº 52111815.8.0000.5348, levando em consideração as diretrizes e normas regulamentadas pela resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dizem respeito às pesquisas com seres humanos. Além disso, segue a orientação veiculada na resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) de avaliar constantemente a situação para proteger as/os participantes e interromper a pesquisa caso seja necessário.

Em relação aos procedimentos metodológicos, as professoras participantes foram convidadas a refletir sobre a homossexualidade e a homoparentalidade por meio da aplicação de uma narrativa que foi utilizada como procedimento para acesso às suas produções imaginativas a respeito do assunto. Partindo do pressuposto de que nós narramos em busca de reconhecimento de nós mesmos, compreensão e orientação para a vida, o narrar é considerado como um procedimento privilegiado de acesso aos múltiplos sentidos afetivo-emocionais que se revelam não apenas na vida e na clínica, mas também no âmbito da pesquisa. As narrativas se colocam como trabalho psicológico sobre as várias dimensões da vida humana e serão consideradas, nesse estudo, como expressão do indivíduo e como seu próprio 'eu' em ato (Granato & Aiello-Vaisberg, 2013).

A narrativa utilizada nesta pesquisa foi elaborada pelas autoras, em uma linguagem acessível, a partir do início de uma história fictícia. A história foi apresentada de maneira escrita ao grupo de participantes, solicitando-se que finalizassem a história do jeito que entendessem conveniente. Cada participante completou a seguinte narrativa: Luciano e Bruno estão juntos há quatro anos, tendo há um ano a oficialização da relação a partir de união estável. Durante esse período após a união, surge a vontade, principalmente por parte de Luciano, de ser pai e formar uma família. Aproveitando a oportunidade de uma janta, resolve falar sobre o assunto com Bruno. Ele inicia contando sobre o quanto esse seu desejo vem aumentando nos últimos tempos e pergunta a opinião de Bruno. Após essa conversa, em que os dois puderam expor suas pretensões e receios, resolvem chamar uma terceira pessoa para pedir ajuda, conversar sobre o assunto e sobre as questões com as quais os dois irão se defrontar. Se você fosse essa pessoa, o que diria a eles?

A coleta de dados foi realizada durante uma reunião da SMED, de acordo com a disponibilidade da gerente de educação infantil do município, e ocorreu no mês de junho do ano de 2016. Cada participante fez o registro da sua narrativa numa folha, escrita à mão. Após os dados terem sido coletados, todas as narrativas foram transcritas para o formato eletrônico e a análise dos dados foi realizada através da organização do conteúdo em categorias. Essas categorias foram criadas após a leitura do material, quando se seguiu o processo de pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados (inferência e interpretação), segundo Bardin (2011).

Resultados e discussão

Os dados desse estudo resultaram na construção de quatro categorias de análise, as quais compõem os resultados desta pesquisa e são apresentadas da seguinte forma: 1) A (des)aceitação do outro e a perpetuação de estigmas: revela concepções de desaprovação quanto à homossexualidade e à homoparentalidade e discute sobre como essas ideias contribuem para o fortalecimento de estigmas e preconceitos; 2) A patologização e a normatização dos corpos: problematiza as relações encontradas entre os discursos das narrativas e as concepções normativas e patológicas atribuídas às pessoas homossexuais; 3) Aprisionamento dos papéis feminino e masculino e sua repercussão no entendimento de família: demonstra a concepção encontrada nas narrativas de que as funções materna e paterna são entendidas como limitadas ao sexo dos pais, dificultando as possibilidades de discussão sobre diversas formas de família; 4) Do que depende a criação de uma família?: aborda os aspectos principais para a construção de famílias, referenciados nas narrativas, que apontam para uma direção de amor e diversidade, contrapondo as ideias apresentadas nas categorias anteriores.

A (des)aceitação do outro e a perpetuação de estigmas

Partindo de concepções de desaprovação quanto à homossexualidade e à homoparentalidade presentes nas narrativas, discutiremos sobre como essas ideias contribuem para o fortalecimento de estigmas e preconceitos. Fica visível que mesmo as participantes que se colocam em posição favorável ao que diz respeito à situação exposta na narrativa demonstram receios e ideias negativas ou descrentes em relação à parentalidade nesse contexto.

Nessas duas narrativas, as participantes Mara e Bia se posicionam claramente de forma contrária quanto à decisão do casal de ter um filho e justificam o seu posicionamento com os preconceitos que iriam enfrentar:

Mostraria todos os pontos que iriam enfrentar, se estariam preparados para isso, que deveriam estar certos do que queriam, fazendo-os refletir sobre essa decisão que mudaria suas vidas, enfrentando todos pré-conceitos que uma sociedade tem. Com isso não incentivaria tomarem essa decisão.

Para mim é situação complexa e delicada. Penso que depende muito do posicionamento das partes (aqui no caso Luciano e Bruno), devido ao fato de que com o passar do tempo este filho pedirá instintivamente respostas sobre si, sua identidade – bem como estrutura familiar. E com certeza sempre haverá por parte da sociedade preconceitos para com os pais e com a criança. Eu não aconselharia ter este filho.

Além da opinião contrária à homoparentalidade, outro ponto a ser destacado nessas narrativas é a não perspectiva de mudança. As concepções apresentadas mostram ideias perpetuadas de não aceitação e, conseqüentemente, um entendimento fixo e inquestionável sobre o assunto. Nas narrativas seguintes podemos perceber um posicionamento diferente, pois existem ideias de apoio ao casal. Porém, o preconceito ainda aparece como um impasse no processo de criação de famílias homoparentais, como podemos observar:

Como vivemos em uma sociedade de muito preconceito ainda, iria deixá-los informados de toda essa realidade e de tudo que eles iriam enfrentar diante disso, todas as dificuldades, mas que se fosse uma vontade deles, eu iria apoiá-los, pensando justamente nas novas conexões de famílias que estão surgindo e que a realidade deles já está surgindo e não é mais novidade para ninguém (Narrativa de Carmem).

Eu diria que eles enfrentariam muitos preconceitos, e que posteriormente o filho deles também. Mas que todos passamos por dificuldades e que a família é o alicerce, é a base de tudo e que se esse é o desejo deles, eles deverão seguir em frente e ter coragem para perseguir este sonho (Narrativa de Clara).

Diria que eles iriam passar por muitas situações que abalariam o seu relacionamento, mas era para eles não desistirem e sempre seguir em frente, deixando de lado essas pessoas preconceituosas (Narrativa de Beth).

Então, isto mesmo que querem? Nossa sociedade está aprendendo aos poucos a 'aceitar' essas situações, mas ainda existem muitos casos de preconceitos e discriminações. Se ambos desejam a mesma coisa e vão estar juntos e preparados para vencer essa 'luta', vocês têm o meu apoio (Narrativa de Elisa, grifo do autor).

Temos, aqui, narrativas que expressam e exemplificam opiniões que, à primeira vista, podem ser percebidas como contrárias ou favoráveis à situação da homoparentalidade. No entanto, a leitura mais aprofundada possibilita uma visão sobre outros ângulos: a realidade de preconceito, as dificuldades, a (não) perspectiva de mudança, a 'luta' que precisa ser travada.

Para iniciar a discussão sobre essas questões, devemos levar em consideração que estamos refletindo sobre um assunto que está fundamentado em concepções sobre a sexualidade e, portanto, cercado por tabus. A diversidade das manifestações sexuais humanas, por vezes, é um assunto intocável e que gera certa desconforto.

Foucault (1984) trabalhou em torno do termo sexualidade que, segundo ele, surgiu tardiamente no início do século XIX. O termo assinala algo diferente no que diz respeito a um remanejo de vocabulário, mas não marca, evidentemente, a brusca emergência daquilo a que se refere, sendo utilizado em relação a fenômenos como o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos que cobrem tanto os mecanismos biológicos da reprodução humana quanto as variantes individuais e sociais do comportamento; a instauração de regras e normas, algumas tradicionais e outras novas, que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, médicas e pedagógicas; e as mudanças no modo como os indivíduos dão sentido e valor às suas condutas, deveres, sentimentos, prazeres e sensações.

O ato de nomear o corpo pela sequência sexo-gênero-sexualidade acontece no interior da lógica que o supõe como algo anterior à cultura e que lhe atribui caráter imutável, binário e a-histórico. Tal lógica implica que o sexo é o que vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo, sendo a ordem prevista a única possibilidade de se qualificar como um sujeito legítimo. Apesar disso, essa sequência é desobedecida e subvertida. Mesmo que existam regras e estratégias normatizantes, há aqueles e aquelas que as transgridem (Louro, 2018). Esses e essas se tornam os principais alvos das pedagogias corretivas e das ações de punição ou recuperação, reforçando o caráter estigmatizante do que se desvia da heteronormatividade.

Podemos verificar uma espécie de estigmatização nos discursos das narrativas, no que diz respeito à observação de algumas 'táticas' normatizantes acerca da sexualidade. Não se trata mais de uma repressão, ou seja, não temos um discurso direto e claro de reprovação da homossexualidade nesse contexto. Porém, o que se observa são tentativas de normatização das condutas desses corpos, que podem ser analisadas pela ideia presente de que se aceita a orientação sexual diferente, mas não se autoriza que essas pessoas possam ter filhos e filhas, por exemplo.

A perpetuação de estigmas – aqui entendida como um movimento que tende a manter um discurso e, por consequência, uma concepção estigmatizada a respeito da homossexualidade e da homoparentalidade – aparece nas narrativas tanto de forma direta, quando a pessoa se coloca claramente de forma contrária à homoparentalidade – “[...] não incentivaria tomarem essa decisão [...]” – quanto de forma indireta, quando a pessoa se coloca a favor da homoparentalidade, porém apresentando alguma limitação social – “[...] deixando de lado essas pessoas preconceituosas”. Essas frases, retiradas de narrativas já apresentadas anteriormente, demonstram que essa perpetuação se dá tanto de maneira clara, quando a concepção negativa está dita, aparente, quanto de forma oculta, quando o conteúdo está omitido em expressões que reiteram o preconceito.

A patologização e a normatização dos corpos

A desaprovação da homossexualidade e, a partir disso, da formação de famílias homoparentais parece ainda achar embasamento em pressupostos científicos, já ultrapassados, e, também, em alguns discursos religiosos. Tomando a ciência e a religião como fatores presentes na vida das pessoas e de influência na criação de concepções e significações, esses dois aspectos serão discutidos em relação à normatização dos corpos, com base na apresentação de algumas narrativas que versam sobre isso.

Reiterando a patologização dos corpos homossexuais, presentes nos discursos sociais mesmo após o reconhecimento da ciência e retirada da condição de doença dos manuais médicos e psicológicos, são apresentadas as narrativas de Débora e Aline, que explanam sobre a ideia de certa necessidade de uma atenção psicológica para que um casal homossexual possa constituir família.

Primeiramente eu observaria o ‘perfil’ psicológico do casal, observaria se eles têm realmente a noção da responsabilidade que eles vão assumir. Caso o casal tenha plena consciência do que pretende fazer, eu aconselharia a seguir adiante (grifo do autor).

Diria que eles poderiam tentar adotar uma criança de qualquer idade, apesar de serem dois homens, procurarem lidar com todos os pré-conceitos que existem, terem com esta criança um atendimento psicológico, pois o carinho e o amor é o que a criança necessita e seguir a vida de forma natural, pois já vivem e agem de maneira natural.

Vemos que, na primeira narrativa, a atenção psicológica estaria voltada para o casal, ou seja, para os homossexuais, no sentido de uma avaliação de seu perfil. Já na segunda narrativa, o atendimento psicológico é proposto para a criança, que seria filho/a do casal. Nos dois casos, as narrativas apresentam a necessidade desse atendimento, substanciando a ideia de patologização – de que não é normal – e de normatização – de como devem ser.

A noção de patologização dos corpos considerados ‘anormais’ está embasada nas significações que o corpo já teve e tem, historicamente. A biopolítica, inaugurada como nova tecnologia de poder no século XVIII, introduz um novo grupo de saberes que auxiliam no controle e manutenção dos corpos, na tentativa de assegurar à população sua vida, produtividade e felicidade, reconduzindo suas relações. A partir disso, o controle da população emerge não apenas como um problema político, mas como um problema biológico, científico e de poder (Foucault, 2005).

A biopolítica se relaciona com a ideia de normatização no que diz respeito ao controle que é exercido sobre os nossos corpos. Os corpos considerados invertidos são aqueles que não se adequam ao formato reconhecido socialmente como ‘normal’. Qualquer característica apontada como desviante da norma social vigente, como diferentes raças, etnias, sexualidades e gêneros, é enquadrada como desviante. Nesse sentido, o corpo homossexual, considerado patológico até pouco tempo, carrega em si marcas de uma história permeada por olhares influenciados pelas ideias normalizantes em relação à sexualidade (Foucault, 2005).

Desse modo, a sexualidade se constitui como um dispositivo de controle e normalização dos indivíduos não mais por desempenhar uma função de repressão da população, mas por promover um regramento da sua vida sexual (Guizzo & Invernizzi, 2012). Essa ideia de regramento pode ser elucidada a partir das concepções aparentes nas narrativas, que versam sobre a necessidade de um atendimento psicológico, aqui entendido como um atendimento em formato médico e, por consequência, relacionado à biopolítica, como uma estratégia de normatização desses corpos homossexuais ou de seus filhos e suas filhas.

As ideias de patologização, que aparecem nas narrativas apontando uma pretensão à normatização a partir de uma intervenção psicológica, também são percebidas em algumas narrativas em que emergiram questões religiosas. Observamos, nas visões religiosas apresentadas, a seguir, nas narrativas de Vera e Luci, clara concepção de desvio no que diz respeito à homossexualidade e que, a partir disso, embasa a posição de não aceitação da família homoparental:

Se eu fosse essa pessoa provavelmente eles já saberiam meu posicionamento em relação à opção sexual deles. Diria para eles o quanto os amo e respeito independente da escolha que fizeram. Também diria que para mim dois homens não conseguem dar a estrutura necessária e saudável para uma criança. Para mim o modelo de família criado por Deus, aquele que Ele deixou em suas escrituras é o fundamental. Também entendo que o Senhor ama essas pessoas! – mas contudo não entendo correto tratar essas práticas – [riscado pela participante]. Percebo que os valores estão sendo invertidos e muitas práticas sendo impostas como saudáveis. Mas respeito e amo cada um deles!

Eu diria que ao iniciar a sua relação, meu posicionamento quanto à sua união estável não é favorável. Creio na instituição da família criada por Deus, entre homem e mulher, pai e mãe. A criança precisa crescer em um lar com referências claras de posicionamento. Família em que papéis são invertidos, valores são confundidos e distorcidos. No entanto, respeito e amo esse casal mesmo não concordando com sua posição sexual, creio que devemos acolher e respeitar enquanto indivíduos.

Nessas narrativas, temos evidências da desaceitação do posicionamento religioso em relação à homoparentalidade e o respeito aparece como uma posição ‘politicamente correta’. Essa posição contrária ao fato de dois homens terem o desejo de constituir uma família é embasada na ideia de que duas pessoas do mesmo sexo não conseguiriam exercer a parentalidade e que, para que isso ocorra, é necessário uma pessoa de cada sexo, o que será explorado no próximo item. Por ora, destacamos que as concepções patologizantes e normatizantes também aparecem no discurso religioso, quando as temáticas homossexualidade e homoparentalidade são entendidas como uma ‘inversão’, na medida em que esses sujeitos são considerados invertidos e não saudáveis, não conseguindo, por consequência, oferecer um ambiente saudável a uma criança.

No entanto, atualmente, pesquisas vêm comprovando que não há diferenças em relação à habilidade para cuidar dos filhos e das filhas e à capacidade parental de pessoas heterossexuais e homossexuais. Além disso, estudos também apontam não haver diferenças significativas entre o desenvolvimento das crianças que são criadas por famílias heterossexuais quando comparadas às inseridas em famílias homossexuais (Zambrano, Lorea, Mylius, Meinerz, & Borges, 2006).

Entretanto, ainda há um discurso social vigente de que os/as homossexuais não teriam a capacidade necessária para a criação e a educação de uma criança e de que, por consequência disso, o/a filho/a não se desenvolveria bem nesse ambiente. Além dos pressupostos científicos e religiosos que embasam essas concepções, temos outro fator que precisa ser elucidado e discutido: a forma como se entendem os gêneros. Ou seja, os significados de masculinidade e feminilidade, em nossa sociedade, repercutem nas concepções sobre a parentalidade e, de certa maneira, podem ser um fator de preconceito à família homoparental.

Aprisionamento dos papéis feminino e masculino e sua repercussão no entendimento de família

Um ponto a ser destacado nas narrativas se refere à concepção de que os papéis feminino e masculino estão aprisionados no sexo, ou seja, só existe a possibilidade de uma criança ter as duas referências se tiver um pai (homem) e uma mãe (mulher). Isso pode ser evidenciado nas seguintes narrativas: “Para mim dois homens não conseguem dar a estrutura necessária e saudável para uma criança” (narrativa de Vera) e “Família em que papéis são invertidos, valores são confundidos e distorcidos” (narrativa de Luci).

Essas concepções carregam um significado de gênero fechado, aprisionado no sexo correspondente ao corpo biológico do pai e da mãe. Isso nos leva à discussão sobre

a forma como acontecem os processos de identificação e de desenvolvimento da sexualidade, pois repercute na maneira como é entendido o desenvolvimento das crianças filhas de homossexuais.

Inicialmente, para que se entenda a ideia que denominamos de ‘aprisionamento’ iremos clarificar os conceitos relacionados a gênero e sexualidade. Segundo Scott (1986), o termo gênero parece ter aparecido primeiro entre feministas americanas, que queriam explicitar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades e das masculinidades na sociedade.

Segundo Butler (1999, p. 158), “[...] o gênero é o significado social que o sexo assume no interior de uma dada cultura”. Nessa perspectiva, podemos pensar que a sexualidade é construída ao longo de toda a vida e que a inscrição dos gêneros nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura.

O conceito de gênero se refere ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, afirmando o caráter social do feminino e do masculino. Além disso, de acordo com a mesma autora, as possibilidades da sexualidade também são socialmente estabelecidas e as identidades de gênero e sexuais são definidas por relações sociais, pelas redes de poder de uma sociedade (Louro, 2007). Concordando com as ideias apresentadas, Quaresma da Silva, Sarmento e Fossatti (2012) afirmam que as feminilidades e as masculinidades são construídas, produzidas e aprendidas nas relações de poder das sociedades e estão marcadas pelas particularidades de seu contexto histórico e cultural.

Já que o gênero é significado socialmente por meio de uma dada cultura, as transformações culturais ao longo do tempo produziram significativas mudanças nas identidades masculina e feminina. Nas sociedades tradicionais, ser mulher era ser esposa e mãe. Ao mesmo tempo, era esperada do homem a função de provedor e também que desse um nome à mulher. Enfim, era o homem que outorgava à mulher o lugar na sociedade (Ramalho, 2005).

Vimos que o discurso que aparece, de certa forma, velado nas narrativas aponta para uma ideia de gênero fechado, aprisionado no sexo correspondente ao corpo biológico. Por isso, nesse contexto, torna-se impensável que duas pessoas do mesmo sexo possam atender a todas as necessidades para o desenvolvimento de uma criança, e, levando em conta esse fundamento, não se aprova a homoparentalidade.

No entanto, um entendimento mais amplo sobre o fenômeno nos permite outra perspectiva. Podemos pensar, de acordo com a teoria psicanalítica, que duas principais funções constituem um sujeito: a função materna e a função paterna. A materna, que faz a antecipação e que deseja a criança e pela criança. A paterna, que liberta dessa condição de alienação e que nomeia a separação entre o filho ou filha e a função materna. Ambas, muito além de funções práticas, são funções simbólicas, o que nos permite afirmar que a função se sobrepõe à figura. Ou seja, pouco importa a pessoa que está nesse lugar – se é mãe ou pai biológico, se é homem ou mulher –, mas muito importa a função que ela está desempenhando para a criança. Funções de antecipação, desejo, separação, imposição de limites etc. podem e devem ser realizadas por pais e por mães e, na prática, são exercidas por todas e todos que executam papéis parentais. As construções culturais relacionadas ao feminino e ao masculino deslegitimam algumas dessas funções e legitimam somente as formas tradicionais.

A filiação é um processo que vai muito além da condição biológica de gerar um/a filho/a, ela tem *status* de fenômeno social na medida em que insere o sujeito no laço familiar e social (Julien, 2000). Lembrando que a filiação biológica não assegura o fenômeno da filiação de fato, a capacidade da transmissão simbólica é o que nos importa, o que abre espaço para a possibilidade de legitimação de diversos tipos de famílias e parentalidades existentes, como é o caso da família homoparental.

Do que depende a criação de uma família?

Após a discussão sobre as questões relacionadas à homossexualidade, ao gênero e à parentalidade que emergiram das narrativas, veremos como aparecem as concepções relacionadas à criação de família. As narrativas que seguem versam sobre os fatores necessários para a formação de família no entendimento de algumas participantes:

Diria que ter um filho é muita responsabilidade, mas que se estão dispostos a cuidar, amar, dar carinho, suprir todas as necessidades que isto exige, que fossem em frente (Narrativa de Ester).

Se realmente estão dispostos a cuidar e educar uma criança, entendendo o quanto a participação deles enquanto pais será fundamental e importantíssima para o desenvolvimento dessa criança e por toda a sua vida (Narrativa de Rose).

Que se tem certeza sobre ter uma criança, que sigam em frente. Pois um lar é constituído por amor e respeito. E que ensinem o filho(a) esses sentimentos de amor, para que possam enfrentar os obstáculos que ainda existem na sociedade! (Narrativa de Suzi).

Vemos, nessas narrativas favoráveis à constituição da família homoparental, posições fundamentadas, principalmente, em entendimentos de conceito de família relacionados diretamente às palavras amor, carinho, responsabilidade, alegria e cuidado. Nessa perspectiva, não se leva em consideração a sexualidade dos pais para um julgamento do que seria um bom desempenho da parentalidade pelo sexo da pessoa, mas pela sua capacidade de amar e cuidar, dar carinho, ter responsabilidade.

Roudinesco (2003) discorre sobre a construção da família, sob as perspectivas psíquica, política e econômica, traçando seu percurso desde a antiguidade até a pós-modernidade. Ela afirma que a família possui um caráter universal, pois se apresenta em praticamente todas as sociedades humanas, tendo como função, desde o princípio, de unir um homem e uma mulher, ou seja, um sujeito de sexo masculino e outro de sexo feminino. Essa concepção naturalista da diferença dos sexos, sob a qual o conceito de família repousa, supõe a obrigatoriedade de dois tipos de aliança: de um lado o casamento e, de outro, a filiação. Essas duas esferas integrantes da família também são denominadas de 'conjugalidade' e 'parentalidade'.

Julien (2000) discute esses dois cenários dentro das concepções de vida pública e privada, analisando as mudanças históricas e sociais que influenciaram o processo dessas duas vertentes da vida familiar. Para ele, nas sociedades tradicionais, o viés privado ficava fora da ordem pública, já que tinha um sentido negativo, o que se diferencia dos dias atuais, quando temos uma inversão nessa ordem. Então, atualmente, o privado se torna o lugar do conjugal e o público do parental, a partir da invasão do que é privado na cena pública e da progressiva falência do coletivo e do poder paterno. Nesse sentido, a parentalidade começa a depender abertamente do social, por meio de peritos que legislam sobre o bem-estar e os direitos das crianças, não ficando restrita ao terreno biológico, pois se constitui a partir de uma autorização das leis do estado.

Transformações sociais fazem com que a instituição familiar seja acessível também aos homossexuais, que, historicamente, sempre foram excluídos dela. Essa legitimidade

à instituição familiar também se torna possível quando a concepção de família baseada nos laços afetivos é reconhecida, o que podemos verificar nas narrativas de Sandra e Paula:

Minha opinião sobre a questão de adotar uma criança nesta situação é positiva, pois acredito que se há amor, carinho e o desejo de formar uma família, não importa a configuração do casal (homem e mulher, mulher e mulher [...]).

Diria que criar uma criança é uma responsabilidade muito grande, por isso deve ser algo muito bem pensado. Caso a paternidade realmente fosse desejo de ambos daria o maior apoio. Para mim a questão da homossexualidade não é impedimento para a construção de uma família. A criação de uma criança depende de 'amor, responsabilidade, cuidado', fatores que não estão diretamente ligados à orientação sexual dos pais (grifo do autor).

Nessas narrativas, temos a evidência de que o entendimento do conceito de família está baseado nos pressupostos de amor, desejo, responsabilidade e cuidado, de acordo com as concepções dessas participantes. Outro fator pontuado é que se entende que as características necessárias às pessoas que queiram construir uma família não são dependentes de sua figura masculina ou feminina, tampouco de sua orientação afetiva e sexual, mas da forma como elas se portam em relação ao fenômeno da parentalidade.

Roudinesco (2003) também nos mostra que, mesmo com o declínio da família de formato tradicional, essa instituição não está se dissolvendo, mas se organizando de maneira diferente e nova, horizontal e em redes. Nas novas configurações familiares, como é o caso da família homoparental, também se garante a reprodução das gerações, a partir das possibilidades de adoção e das novas tecnologias reprodutivas.

Outro posicionamento favorável à constituição da família homoparental evidenciado nas narrativas remete a um discurso 'politicamente correto' de ação social, relacionando à possibilidade da parentalidade nesse contexto a partir da adoção. Salientamos que não está colocado, na narrativa, que o casal pensa em constituir a família dessa forma; no entanto, isso surge nas narrativas das participantes da seguinte maneira: "Aconselharia a adoção, pois sabemos que existem muitas crianças a espera de um lar" (narrativa de Ester); "Acharia muito legal a iniciativa dos dois, eu incentivaria eles em adotar uma criança se isso fosse possível e assim eles construiriam uma família" (narrativa de Laura); "Existem muitas crianças correndo risco social e muitas precisando ser adotadas, diria que eles, poderiam tentar adotar uma criança de qualquer idade, apesar de serem dois homens" (narrativa de Aline); "Eu diria que se é desejo dos dois e com a consciência da responsabilidade que iriam assumir, que procurassem os meios para adotar uma criança" (narrativa de Jaqueline); "Diria que se os dois concordam e estão dispostos a amar essa criança devem adotar" (narrativa de Gabriela).

Nessas narrativas, há relação da concepção de família citada anteriormente baseada no amor e na responsabilidade. O que deve ser levado em consideração, nesse momento, é se essa aprovação da adoção no contexto homoparental está posta somente a serviço de um benefício social, ou seja, o pensamento de que homossexuais somente podem ter filhos/as se fizerem um bem para a sociedade, uma 'caridade'. Por outro lado, outra perspectiva de significação é, quem sabe, uma falta de informação a respeito dos métodos reprodutivos e das possibilidades que existem, atualmente, para se ter um/a filho/a. Além disso, há de se considerar que essas crianças que estão disponíveis para adoção nasceram de um relacionamento heterossexual.

De qualquer forma, reforçamos que mecanismos de modificação de posturas e condutas sociais sejam estabelecidos para coibir e extirpar o preconceito e os estigmas

de modo a possibilitar a igualdade de direitos a todas as pessoas (Freitas & Dias, 2012). Nesse sentido, um dos principais lugares sociais onde se produzem e reproduzem sentidos e condutas é a escola. Nela, além de termos a possibilidade de obter informações e conhecimentos, temos um espaço de troca de significações e concepções.

Considerações finais

Os dilemas encontrados neste estudo, que perpassaram as narrativas, dizem respeito às ideias de preconceito e desaceitação, aos estigmas ainda presentes nos discursos atuais e à influência da patologização e da normatização nas concepções evidenciadas. Contudo, a ambivalência existente nesses dilemas também aponta para uma pluralidade de significados. As diferenças de opiniões, as resistências, as dúvidas e as dificuldades fizeram emergir as subjetividades e as possibilidades de análise deste estudo. Além de entender as concepções sobre homossexualidade e homoparentalidade, pudemos apreender os significados de família para as participantes e observar que esse conceito vem mudando, e, por consequência, a concepção de família da maioria das participantes aponta para uma concepção de amor e diversidade.

Com este estudo, pretendemos contribuir com a desmistificação de ideias preconceituosas presentes em nossa sociedade. Além disso, almejamos que se abram possibilidades de reflexão sobre os papéis femininos e masculinos, tanto na sociedade como um todo quanto no que diz respeito a essas funções inseridas no exercer da parentalidade. A ideia de função masculina e feminina fixada nos sexos aprisiona os sujeitos e deslegitima as famílias homoparentais e outras configurações como instituições familiares aceitas em nossa sociedade.

Ademais, esperamos que este estudo possa auxiliar no entendimento das questões relacionadas à homossexualidade e à homoparentalidade dentro das escolas. O que foi evidenciado nas narrativas das professoras nos possibilita questionar a maneira como as temáticas elencadas são tratadas nas escolas. Nessa perspectiva, destacamos a necessidade de estudos que investiguem a forma pela qual essas concepções interferem na prática diária das professoras e professores de nosso país.

As ideias preconceituosas, por parte das professoras, podem implicar omissões ou transmissões de informações moralizantes, inadequadas e/ou fantasiosas em relação aos temas de homossexualidade e homoparentalidade. A escola de educação infantil é um espaço de formação que extrapola os cuidados com a alimentação e a higiene, uma vez que tem por finalidade promover o desenvolvimento infantil integral nos aspectos afetivo, cognitivo, social e físico e, para isso, deve buscar contemplar, em seus projetos pedagógicos, a sexualidade, a ludicidade, a igualdade de gênero e a diversidade sexual (Blankenheim, Ramos, Pizzinato, & Costa, 2020).

Atentamos, ainda, para o fato de que todas as participantes deste estudo eram mulheres. O universo feminino do magistério, que é ainda mais demarcado na educação infantil, parece ser e/ou estar estigmatizado por uma perspectiva de cuidado materno fixado socialmente no sexo feminino, excluindo o masculino da possibilidade de cuidar e ensinar. Esses tópicos geram discussões sociais importantes e, por isso, ficam aqui registrados como sugestões de novas pesquisas relacionadas para que as discussões sobre o assunto sejam ampliadas.

Referências

- Araújo, L. F., & Oliveira, J. S. C. (2008). A adoção de crianças no contexto da homoparentalidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(3), 40-51.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa, pt: Edições 70.
- Blankenheim, T., Oliveira-Menegotto, L. M., & Quaresma da Silva, D. R. (2018). Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 243-249.
- Blankenheim, T., Ramos, N. F., Pizzinato, A., & Costa, A. B. (2020). A (in)visibilidade dos campos de sexualidade e do gênero na Educação Infantil: análise de grupo focal com educadoras. In E. Cerqueira-Santos, & L. F. Araújo (Org.), *Metodologias e investigações no campo da exclusão social*. Teresina, ma: Editora da Universidade Federal do Piauí.
- Butler, J. (1999). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (p. 151-172). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Conselho Federal De Psicologia [CFP]. (1999). *Resolução CFP nº 001/99*. Brasília, DF: CFP.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Loyola.
- Freitas, L. R. M., & Dias, R. L. (2012). Discutindo valores na escola: homoparentalidade e novos conceitos de família. *Quipus*, 1(2), 101-107.
- Granato, T. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica*, 25(1), 17-35.
- Guizzo, D. C., & Invernizzi, N. (2012). A potencialização das práticas biopolíticas pela tecnologia: novas produções do corpo e gênero feminino. *Revista Artemis*, 13, 119-128.
- Julien, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Louro, G. L. (2018). *Um corpo estranho*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Louro, G. L. (2007). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Maia, A. C. B., & Spaziani, R. B. (2010). Manifestações da sexualidade infantil: percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos. *Revista Linhas*, 11(1), 68-84.

- Martinez, A. L. M. (2013). Famílias homoparentais: tão diferentes assim? *Psicologia em Revista*, 19(3), 371-388.
- Perelson, S. (2006). A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Estudos Feministas*, 14(3), 709-730.
- Quaresma da Silva, D. R., Sarmiento, D. F., & Fossatti, P. (2012). Género y sexualidad: qué dicen las professoras de educación infantil de Canoas, Brasil. *Archivos analíticos de políticas educativas*, 20(16), 1-24.
- Ramalho, R. M. (2005). O que elas falam deles. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 28, 23-30.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Scott, J. W. (1986). Gender: a useful category of historical analyses. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075.
- Zambrano, E., Lorea, R., Mylius, L., Meinerz, N., & Borges, P. (2006). *O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre, RS: Instituto de Acesso à Justiça.

Recebido em 26/08/2018
Aceito em 18/07/2020